



Como a seletividade racial gerada pela polícia contra menores infratores gera desigualdades em suas abordagens e apreensões?

Luana Barbosa da Silva*, Marina de Oliveira Ribeiro.

Resumo

O presente trabalho analisou 71 procedimentos administrativos relativos à apuração da acusação de violência policial contra menores de idade acusados de infrações penais na cidade de Campinas entre 2015 e 2018, fornecidos pela Promotoria de Justiça Cível de Campinas, do Ministério Público do Estado de São Paulo. As variáveis de raça, gênero, idade, socioespacialidade, escolaridade, tipo de violência sofrida e ambiente no qual a violência teria ocorrido foram analisadas quantitativamente e em parte, qualitativamente. Todas as variáveis anteriormente mencionadas, exceto as relacionadas à violência foram analisadas para testemunha, condutor, curador e menor(es) de idade. O enfoque das análises qualitativas é a percepção de visão privilegiada no quesito racial no que se refere à proporção de adolescentes violentados, a qual reproduz o padrão de violência nacional: jovens, negros e oriundos da periferia que são agredidos e mortos na maioria das vezes por Policiais Militares. Os dados confirmam a histórica brutalidade estatal contra sujeitos com raça, classe, idade e moradia definidos, os quais se mostram negligenciados nos mais diferentes setores relacionados ao Estado e à sociedade.

Palavras-chave:

Segurança pública, racismo, polícias.

Introdução

As mais recentes pesquisas da área de segurança pública demonstram padrões relacionados à ostensividade policial nos grandes centros urbanos. O padrão obtido foi: jovem (de 15 a 29 anos), negro e oriundo de regiões periféricas. O intuito da pesquisa foi compreender se existiria ou não um padrão de repetição destas clivagens no trato policial contra menores de idade que foram acusados de infrações penais.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 79% das ações letais oriundas de ações policiais são contra pessoas negras e 82% dos mortos em ações policiais têm entre 12 e 29 anos, estes dados mostram que nacionalmente a juventude negra tem tido seu direito fundamental à vida violado pelas instituições da segurança pública. O foco do trabalho é compreender as causas e consequências da seletividade racial existente nas abordagens e apreensões, que por vezes são ostensivas, realizadas pelos policiais.

Resultados e Discussão

Foi possível notar nos dados obtidos que 95,28% jovens eram do sexo masculino, 60,36% eram negros, 40,57% tinham 17 anos, 36,79% possuíam apenas o Ensino Fundamental I completo. Policiais Militares em média representavam 78,87% dos condutores e testemunhas no momento das apreensões, 94,37% eram homens, 63,37% não possuíam a raça informada e 26,75% eram brancos. Com relação aos curadores 50,7% são as mães dos adolescentes, 56,34% vivem na mesma residência dos adolescentes, 49,3% não tiveram a raça informada e a mesma porcentagem se aplica à escolaridade. Há grande similaridade com relação à média nacional, sendo crimes contra o patrimônio (73,24%) e drogas (21,13%). 77,46% das apreensões ocorrem em situações de patrulhamento de rotina, 71,83% dos jovens estavam em locais públicos. A violência física representa 95,77%, sendo tapas, socos e chutes 84,51% dos meios de violência.

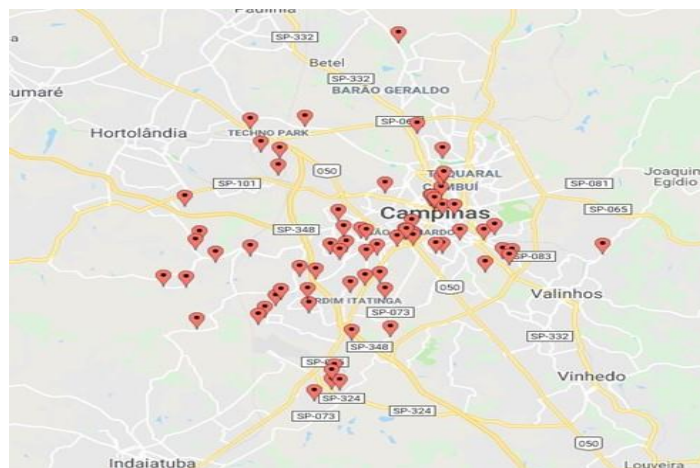


Figura 1. Locais das apreensões em Campinas e região (2015-2019).

Conclusões

O perfil dos jovens da pesquisa a grosso modo reflete o perfil dos mortos em ações policiais e encarcerados no Brasil. Os crimes praticados pelos jovens também condizem com a porcentagem carcerária. Condutores e testemunhas da prisão tendem a serem da mesma força policial, o que compromete a qualidade da apreensão. O registro de Boletim de Ocorrência da Polícia Civil não cede espaço para a denúncia de possíveis abusos das forças policiais. As práticas policiais também tendem a seguir o padrão ostensivo e violento já existente.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à minha parceira de pesquisa, Marina e ao meu orientador Frederico por toda paciência e dedicação que tornaram esse trabalho possível. Também agradeço ao meu pai e meu irmão, pilares da minha vida pelo apoio incondicional e aos meus amigos pelo incentivo. Sou grata ao CNPq pelo financiamento.

Schilittler, M. C. Matar muito, prender mal. 2016. Acesso em 19 de abril de 2018.